

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes.

REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Do Sr. Raul Jungmann)

Requer a convocação do Sr. Vitor Sarquis Hallack, Presidente do Conselho Administrativo do Grupo Camargo Corrêa.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário desta Comissão, seja convocado o Sr. Vitor Sarquis Hallack, Presidente do Conselho Administrativo do Grupo Camargo Corrêa, para prestar informações e esclarecimentos a respeito de negócios e sociedades firmados entre a Camargo Corrêa e fundos de pensão, que possam contribuir com os trabalhos investigativos desta comissão.

JUSTIFICAÇÃO

No final de 2010 o fundo de pensão Petros comprou por quase R\$3 bilhões a participação da Camargo Corrêa na ITAÚSA S/A, que se vinha tentando vender sem sucesso há mais de um ano devido à baixíssima liquidez dos ativos. Após a compra a Petros não foi incluída no acordo de acionistas da ITAÚSA, controlada pelas famílias Setúbal e Villela. Vale deixar registro, contudo, de que o Sr. Sérgio Gabrielli, então presidente da Petrobrás, na ocasião recebeu uma cadeira no Conselho Administrativo da ITAÚSA auferindo remuneração mensal de R\$150 mil, por sinal, permanecendo no conselho mesmo alguns meses após deixar a presidência da Petrobrás.

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes.

A imprensa noticiou fartamente que o ex-ministro Antônio Palocci teria sido o mediador da aproximação entre a Camargo Corrêa e a Petros, possivelmente em retribuição à colaboração da construtora na campanha presidencial. Para a realização deste negócio a Petros teria levantado os R\$ 3 bilhões vendendo títulos públicos de alta liquidez do seu patrimônio, em troca de uma carteira de péssima liquidez, que segundo especialistas levaria uns 50 anos para a Petros conseguir vender totalmente pelo preço que comprou. Por outro lado, se a Petros quisesse vender imediatamente essas ações compradas da Camargo Corrêa, o prejuízo seria praticamente dos R\$ 3 bilhões.

É sabido que a compra desenvolveu-se à revelia da análise técnica do COMIN da Petros – Comitê de Investimentos. O negócio foi concluído no final de dezembro 2010, como ato final do Sr. Wagner Pinheiro, ainda presidente da Petros, de partida para a presidência dos Correios. Importa destacar que na ocasião foi noticiado na Veja e no Blog do Ricardo Noblat que a diretoria da Camargo Corrêa ficou dividida quanto ao encaminhamento da negociação. Alguns preferiam tentar negociar com a Previ e outros optavam pelo caminho político via Antônio Palocci para a Petros. Um executivo da Camargo dissera a Veja que a negociação dependia das eleições presidenciais, pois a reeleição da Presidente Dilma preservaria o acesso do Sr. Palocci à Petros, dispensando-se uma negociação mais complexa com a Previ.

Especialistas disseram ainda que as premissas atuariais foram desrespeitadas, porque a meta atuarial da Petros é de 5,5% acima do IPCA, enquanto a ITAÚSA pagava historicamente 3%. Essa perda de rendimentos por si já totaliza R\$0,5 bilhão, sem falar na desvalorização de 42% do valor das ações desde sua compra em 2010. Para assessorar na negociação a Camargo Corrêa contratou o Banco Rothschild que apresentou os papéis a investidores nacionais e internacionais, mas curiosamente só a Petros se dispôs a viabilizar a compra nas condições favoráveis à Camargo Corrêa.

A Petros emitiu o Boletim Eletrônico nº 60 - “PETROS PRESTA ESCLARECIMENTOS COM RELAÇÃO À MATÉRIA DA REVISTA VEJA” no qual ressaltava que “a operação foi realizada com absoluto sucesso e perfeitamente adequada ao perfil de investimentos da Fundação – constituindo **negócio de longo prazo, baixo risco e boa rentabilidade**. Mais ainda, todo o processo de negociação teve o acompanhamento e a aprovação – por unanimidade – do **Conselho Deliberativo da Petros**”.

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes.

Naquela época, o Sr. Vitor Hallack destacou em entrevista à agência de notícias Reuters a importância da venda da participação da Camargo Corrêa na Itaúsa, já que os R\$ 3 bilhões obtidos da Petros chegavam a tempo de viabilizar outro negócio da Camargo Corrêa, desta vez em sociedade com outro fundo de pensão, a Previ, que seria a operação de compra da Elektro (distribuidora de energia para São Paulo e Mato Grosso do Sul pertencente a um fundo de investimentos norte americano) pela CPFL - uma empresa de energia da Camargo em sociedade com a Previ que também atuava em São Paulo.

A Elektro custaria cerca de R\$ 6 bilhões. Para a Camargo Corrêa, a compra da distribuidora seria importante, pois a CPFL era uma de suas principais apostas. Vitor Hallack, disse então à Reuters que a CPFL era "o" candidato à consolidação do setor elétrico no Brasil, "por conta de sua governança". Sabe-se que o Governo Federal era grande entusiasta da referida consolidação do setor. Porém, finalmente em 2011 a Elektro acabou sendo comprada pela Iberdola da Espanha pondo fim aos planos da Camargo Corrêa de fortalecer a sua CPFL em sociedade com a Previ usando o dinheiro da Petros obtido com o negócio na Itaúsa. Cabe mais uma vez deixar registro de que a Iberdola também era sócia da Previ em outra distribuidora, a Neoenergia.

Em resumo, é mister que esta CPI apure a possibilidade de o Sr. Antônio Pallochi ter aproximado a Camargo Corrêa da Petros para que este fundo de pensão torrasse títulos públicos de alta performance de sua carteira de renda fixa, para comprar ativos de renda variável de péssima liquidez e baixa rentabilidade da Camargo na Itaúsa por R\$3 bilhões que seriam usados para a construtora pudesse ampliar seus negócios em infraestrutura e distribuição de energia contando com a sociedade de outro fundo de pensão, a Previ.

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes.

Esses fatos referentes a indícios de negócios irregulares e ou mal realizados envolvendo fundos de pensão e a Camargo Corrêa demonstram a importância de esta CPI dos Fundos de Pensão tomar o depoimento do Sr. Vitor Sarquis Hallack, Presidente da Camargo Corrêa, para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

Em vista do exposto, solicitamos o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em de outubro de 2015.

Dep. Raul Jungmann
PPS/PE